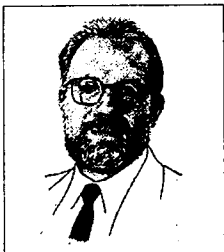


A certeza, a dúvida e o perigo



Nada mais corriqueiro que a suspeita de que a receita do FMI pode matar antes da cura

Este jornal publicou, na última quarta-feira, um artigo perspicaz sobre os dilemas dos países atingidos pela crise financeira que percorre o mundo há quase dois anos. De autoria de David Sanger, do jornal *The New York Times*, *Mercado global reduz opções políticas* mostra como os governos desses países estão entre a cruz e a caldeirinha – de um lado, as exigências dos credores externos; de outro, os protestos nacionalistas internos. O ponto de partida do texto é o combate “entre a adoção da fórmula do FMI e a adoção de um caminho próprio” na Rússia. Como o autor se apressa a esclarecer, esse é “um caso extremo, mas não propriamente incomum”.

Ele não se surpreenderia, portanto, ao ouvir de ninguém menos que o presidente do Senado da República Federativa do Brasil e principal líder do Partido da Frente Liberal, Antônio Carlos Magalhães, a advertência de que o FMI não se pode “intrometer nos problemas nacionais, sobretudo para criar dificuldades para as camadas mais pobres do País”. Afinal, poucos dias antes de ACM lembrar, na mesma ocasião, a frase de Machado de Assis “soberania nacional é a coisa mais bela do mundo”, o jornalista havia escrito: “De repente, as forças de mercado, tidas como a via da salvação nacional, tornaram-se o inimigo da soberania nacional; quem quer deixar que operadores de bônus em Nova York, quanto mais o FMI, decidam quanto se pode gastar com o seguro-desemprego?”

Embora o Brasil ocupe apenas cinco de suas 251 linhas (com uma referência indireta à moratória de Itamar Franco), o artigo parece ter sido redigido sob medida para a situação brasileira depois da desvalorização do real. Pois seu tema é a viabilidade política do tratamento prescrito pelo FMI para os países, como o nosso, que mal conseguem respirar pelos próprios meios. A questão embute uma certeza e uma dúvida. A certeza é que o remédio – gastos públicos contidos, juros altos e livre trânsito de capitais – será tanto mais ardido quanto maior a pobreza e a desigualdade social do país (e, é claro, o rombo financeiro a ser coberto). A dúvida é se funciona.

Nada mais corriqueiro hoje em dia, entre os observadores econômicos internacionais e em governos europeus, que a suspeita de que o receituário do Fundo pode matar o paciente antes de curá-lo, como o cavalo inglês da anedota que mor-

reu justamente quando já estava aprendendo a viver sem comer. De fato, são, no mínimo, controvertidos os resultados alcançados até agora pela fórmula ortodoxa do Fundo Monetário nos países do Sudeste Asiático. Aplicá-la ao Brasil, dizem os críticos, é uma aposta de alto risco. (A Rússia não serve de exemplo para nada, porque ali, onde se calcula que

o crime organizado controle cerca de meio PIB, quem pôde passou a mão nos dólares do G-7 e os guardou na Suíça.)

A combinação das duas coisas, certeza e dúvida, agravada pela proverbial inflexibilidade dos burocratas do FMI e por sua propensão a vigiar como uma sombra os passos dos governos com os quais negociam, alimenta denúncias de “submissão do País a interesses estrangeiros” e crescentes pressões políticas por um endurecimento com os gringos. Um dia depois da fala de ACM, o presidente Fernando Henrique viu-se como que obrigado a mencionar, em discurso, “forças externas que não compreendem muitas vezes o que significa a feitura de uma nação”. E até onde pode ir um chefe de governo endividado sem ofender seus cre-

dores. Ou, como anda dizendo o ex-secretário de Estado americano Henry Kissinger, essa velha raposa: “Não é politicamente tolerável receitar longos períodos de austeridade.”

O outro lado da moeda, nem um pouco mais consolador, é a aparente escassez de alternativas. Para ficar no caso brasileiro, o País começou a abrir-se ao mundo no início da década, essencialmente porque o Estado ficou sem dinheiro para bancar os investimentos indispensáveis à expansão da economia e porque se esgotara a onerosa política de proteção à indústria nacional, que, entre outras perversidades, provocou a desmodernização do parque produtivo e dificultava o combate à inflação. Mas a abertura econômica – uma imposição dos fatos, portanto, não uma livre escolha entre dois caminhos igualmente promissores – também diminuiu a margem de liberdade de um governo faminto de créditos e investimentos externos.

Quando bate a crise, então, o que resta dessa liberdade é muito pouco perto dos obstáculos a serem vencidos para sair do poço – e das exigências dos donos da escada. Algumas são perfeitamente razoáveis em si, como o equilíbrio fiscal. Outras são polêmicas, como a política monetária apertada. E todas geram desconfiança na opinião pública, porque seus custos são nítidos e imediatos e os benefícios, futuros e incertos: nin-

guém sabe se vai melhorar depois de piorar. “De Davos a Xangai, fala-se em restabelecer controles sobre os mercados a fim de proteger a coletividade”, escreve o jornalista do *Times*. “Mas fazer isso não é tão fácil. Não num mundo que passou a depender de capital estrangeiro para construir os prédios de escritórios e as fábricas”, argumenta.

Eis por que – e esse é o problema político para o qual se quer chamar a atenção – qualquer movimento sério de ruptura com “os administradores da crise global”, na expressão de Sanger, traz implícita no fim da linha a possibilidade de desestabilização das regras do jogo democrático no país rebelde, sob a forma de um surto autoritário de forte conteúdo nacionalista. Essa possibilidade será menos ou mais remota de acordo com um imenso rol de fatores que variam de lugar para lugar. Entre eles, a amplitude e a coesão das forças sociais antes favoráveis à abertura, parte das quais pode, ou não, mudar de lado, no embalo das frustrações trazidas pela crise e conforme o grau de deterioração da economia.

De qualquer forma, não pode ser descartado como manifestação de paranóia o perigo de que um ou mais países se sintam tentados a balançar a democracia e a economia de mercado, em decorrência da própria rejeição de demandas estrangeiras consideradas intoleráveis. Segundo a matéria do *Times*, o assessor para Assuntos de Segurança Nacional da Casa Branca, Samuel Berger, vê nisso um “risco muito concreto”. Não é difícil entender por quê. Dependendo do seu alcance, um eventual conflito com o FMI poderá desencadear um ciclo de seqüelas (migração de divisas, colapso da moeda, suspensão de investimentos externos) capazes, no limite, de pôr em xeque o relacionamento desse país com os mercados financeiros e os organismos internacionais.

A crise assim ampliada tenderia a abrir as portas a medidas de “economia de guerra” (controle de câmbio, preços e salários, revisão da abertura comercial, reestruturação da dívida pública, reestatização de empresas), incompatíveis com a ordem jurídica democrática e os direitos civis, em meio a uma exacerbação de jacobinismo, patriotadas e apelos populistas. Seria, enfim, a reaparição do “socialismo dos tolos”, que é o nacionalismo levado ao extremo. Com diferentes atores e pequenas mudanças de enredo, esse filme já passou em diversos países, e o respeitável público – incluindo os dignitários do FMI – deveria saber como termina. Não vale a pena ver de novo.

